

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3032/2022.

MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA DE PREÇO: MENOR PREÇO GLOBAL.

**REF: CONTRARRAZÕES AO RECURSO
ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA
ECONSTRUR CONSTRUÇÕES LTDA.**

A empresa **CMAX EMPREENDIMENTOS, CONCRETO E CONSTRUÇÃO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 33.584.894/0001-63, com sede no Estado do Rio de Janeiro, Cidade de Itatiaia na Rua São Jorge S/N – CEP 27.580-000, onde recebe intimações, devidamente inscrita e habilitada na licitação supracitada, cujo resultado foi apresentado através de Ata da Sessão Pública em 05/10/2022, que aceitou e habilitou a empresa na licitação em epígrafe, vem apresentar, tempestivamente:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Outrora movido pela empresa **ECONSTRUR CONSTRUÇÕES LTDA**, sociedade empresária inscrita no CNPJ nº05.615.3339/001-16, com sede na Rua Deputado Manoel de Souza Santos 179, Santa fe, São José do Vale do Rio Preto.

I – DA TEMPESTIVIDADE DA APRESENTAÇÃO DAS CONTRARRAZÕES

Com fulcro nos artigos 109, § 3º e 110, ambos da Lei 8.666/93, faz, perante o SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, na conformidade das razões que seguem.

Requer a Vossa Senhoria, que sejam recebidas e aceitas as presentes **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**, com os efeitos devolutivos e suspensivos, conforme preceitua o parágrafo 2º e 3º do artigo 109 da Lei 8.666/93 e encaminhada à autoridade superior, haja vista, sua tempestividade, pois a Recorrida foi intimada para apresentar suas contrarrazões em **21/10/2022**, cuja contagem de prazo de 05 (cinco) dias úteis, se inicia a partir do dia útil seguinte, **24/10/2022**. Desta forma, o encerramento da contagem do prazo se dá em **28/10/2022**.

CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 33.584.894/0001-63

II - DAS RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Alega a empresa **ECONSTRUR CONSTRUÇÕES LTDA**, que a Recorrida apresentou documentações em desalinho com o Edital, pontuando, os seguintes itens:

- (I) “Item 4.1.1.1.10.2 Prova de possuir no Acervo Técnico da Empresa, atestados...”
- (II) “não possuir em seu quadro técnico profissional habilitado pelo CREA para instalação elétrica”

E que, por consequência, a falta dessa documentação deveria representar a inabilitação da **CMAX**. Diante das alegações trazidas em sede de Recurso Administrativo, vem a **CMAX**, apresentar as Contrarrazões no que lhe cabe, buscando afastar a admissibilidade da aludida argumentação.

III - DOS FATOS E FUNDAMENTOS DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

A) DA APRESENTAÇÃO REGULAR DE DOCUMENTAÇÃO EM SEDE DE HABILITAÇÃO (ITEM 4.1.1.1.10.2)

A lei de regência dos Editais, Lei 8.666/93, relaciona, em seus artigos, os documentos que **podem** ser exigidos a título de qualificação técnica, dentre os quais está a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

No § 1º do art. 30 se define **o modo pelo qual a referida comprovação deve se materializar**:

“Art. 30 [...]

§ 1o A comprovação de aptidão referida no inciso II do caput deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.”

CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 33.584.894/0001-63

Note-se que a comprovação a que se refere o dispositivo supra não é sobre a experiência anterior da empresa, mas sim do profissional que será designado como responsável técnico. Daí ser chamada em sede de Edital de capacitação técnico-profissional. A norma é transparente ao falar em “comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior”.

Neste sentido, deve ser considerado que a **CMAX** apresentou devidamente a documentação necessária à habilitação pois apresentou:

1. Os atestados em nome do Sr. Marcos Nascimento, responsável técnico pela execução da obra objeto da licitação; bem como
2. O mesmo está no quadro de funcionários permanente da **CMAX** desde 20/09/2021, conforme já comprovado.

Tendo, para todos os fins, cumprido com a exigência do Edital, não havendo que se falar, portanto, na ausência da documentação.

Por outro lado, cumpre salientar que em outro momento legal já foi de fato exigida a comprovação de experiência anterior da empresa que se encontrava descrita no § 1º, inciso II do art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93, porém este diploma legal foi vetado em 1994 pela Presidência da República, pela Lei 8.883/94, passando a **vigorar somente a exigência quanto ao atestado de capacidade do profissional**.

A apresentação de atestado em nome da empresa implica apenas em **PRESUNÇÃO** de que a mesma terá igual desempenho positivo no contrato decorrente do torneio que se disputa, não sendo garantia de que anos após a execução da obra a que se refere o atestado, a empresa permaneça com a estrutura operacional que atuou no referido atestado inalterada e nem é garantia de que ela possa suportar o encargo operacional, logístico e financeiro advindos do futuro contrato, razão pela qual a exigência foi vetada pela Presidência da República.

Naturalmente, a capacitação técnico-profissional deve se referir às parcelas de maior relevância sob o ponto de vista intelectual, isto é, parte do objeto em que predomina a expertise do profissional sobre a capacidade logística da empresa.

O acervo técnico do profissional o acompanha onde quer que ele vá. Isto é, se o profissional atuou por 20 anos em uma empresa, acumulando considerável número de atestados, ao se desligar dessa empresa e ingressar em outra, todo o seu acervo técnico permanece intacto e passa a ser comprovação da capacidade da empresa na qual ele pertence naquele momento, capacitando a empresa a se habilitar em obras com características similares e parcelas de relevância, desde que o mesmo comprove ter executado tais obras, **por meio de atestados averbados pelo CREA**, como foi o caso da presente licitação.

Observa-se que as parcelas de maior relevância constantes do não constituem serviços de extrema complexidade de forma que seja imprescindível a comprovação anterior da empresa, muito pelo contrário, são serviços comuns pertinentes a empresas do ramo de engenharia, como é o caso da **CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO**.

B) “não possuir em seu quadro técnico profissional habilitado pelo CREA para instalação elétrica”

A afirmação de que a empresa não possui profissional habilitado pelo CREA para instalação elétrica não condiz com a realidade conforme mostra a certidão de registro e quitação da empresa com o CREA-RJ abaixo:



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
98593/2022
VÁLIDA ATÉ: 31/12/2022

Certificamos que a Pessoa Jurídica, abaixo citada, encontra-se registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal Nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, não apresentando débitos para com o Crea-RJ até a presente data, assim como seus responsáveis técnicos. As atividades da empresa estão restritas ao(s) ramo(s) especificado(s) nesta CERTIDÃO e somente podem ser exercidas com a participação efetiva do(s) respectivo(s) responsável(eis) técnico(s).

DADOS DO REGISTRO

Registro: 2019201153
Razão Social: CMAX EMPREENDIMENTOS, CONCRETO E CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 33.584.894/0001-63
Data Registro: 30/08/2019
Endereço: RUA SAO JORGE S/N CENTRO - ITATIAIA - RJ, CEP: 27580-000

RAMOS ATIVIDADE :

1050-0 OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL
2010-0 OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA / OS ENG
ELETRICA
7010-0 ENG SEG TRABALHO

CAPITAL SOCIAL:

R\$ 9.500.000,00 (MATRIZ)

OBJETO SOCIAL:

ATIVIDADE PRINCIPAL:
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA

ATIVIDADES SECUNDÁRIAS:
PREPARAÇÃO DE MASSA DE CONCRETO E ARGAMASSA PARA CONSTRUÇÃO;
FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SÉRIE E SOB ENCOMENDA;
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS;
OBRAS DE TERRAPLENAGEM;
ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES;
INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS;
SERVIÇOS DE ENGENHARIA;
OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS;
OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE;
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES
CORRELATAS, EXCETO
OBRAS DE IRRIGAÇÃO;
DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS;
ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS;
CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS;
MONTAGEM DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS E DE ESTRUTURAS METÁLICAS;

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro
Rua Buenos Aires, nº 40, Centro, RJ - CEP: 20.070-022
Tel: (21) 2179-2007 E-mail: crea-rj@crea-rj.org.br



CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 33.584.894/0001-63

Rua São Jorge, S/N – Centro – CEP: 27580-000 – Itatiaia (RJ) – Tel.: (21) 6435.3741 / E-mail: cmax.licitacao@gmail.com



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

98593/2022

VÁLIDA ATÉ: 31/12/2022

(Continuação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica Nº 98593/2022)

OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE;
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS;
ATIVIDADES TÉCNICAS RELACIONADAS À ARQUITETURA E ENGENHARIA;
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE;
FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTEFATOS E PRODUTOS DE
CONCRETO, CIMENTO, FIBROCIMENTO, GESSO E MATERIAIS SEMELHANTES;
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL,
INTERESTADUAL
E INTERNACIONAL;
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL;
SERVIÇOS DE MALOTE NÃO REALIZADOS PELO CORREIO NACIONAL. ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E
EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR;
ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; ATIVIDADES TÉCNICAS RELACIONADAS A
ENGENHARIA E ARQUITETURA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; COMÉRCIO ATACADISTA DE
INSTRUMENTOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE
CONSTRUÇÃO EM GERAL; CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA; CONSTRUÇÃO DE ESTACÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES; CONSTRUÇÃO DE REDES DE
TRANSPORTES POR DUTOS, EXCETO PARA ÁGUA E ESGOTO; FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE MATERIAL
PLÁSTICO PARA OUTROS USOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE
SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO; INSTALAÇÃO E
MANUTENÇÃO ELÉTRICA; INSTALAÇÃO HIDRÁULICA, SANITÁRIAS E DE GÁS;
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA;
MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES; MANUTENÇÃO DE REDES DE
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS
NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
PARA USO GERAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE OUTRAS
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USOS INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; OBRAS DE
IRRIGAÇÃO; OUTRAS OBRAS DE INSTALAÇÕES EM CONSTRUÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE;
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIÊNCIAS FÍSICA E NATURAIS; REPRESENTANTES
COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICO-MÉDICO
HOSPITALARES; SERVIÇO DE OPERAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E
ELEVação DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS; SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA
CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS

CLASSE:

A - EXECUÇÃO DE OBRA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE TÉCNICA

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S):

DANIEL DUQUE ESTRADA BORIM

RNP: 2020423278

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA

Registro: 2021108796 expedido em 16/09/2021

Data Validade: 09/09/2023

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro
Rua Buenos Aires, nº 40, Centro, RJ - CEP: 20.070-022
Tel: (21) 2179-2007 E-mail: cresa-rj@crea-rj.org.br



CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 33.584.894/0001-63

Rua São Jorge, S/N – Centro – CEP: 27580-000 – Itaiaia (RJ) – Tel.: (21) 6435.3741 / E-mail: cmax.licitacao@gmail.com



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

98593/2022

VÁLIDA ATÉ: 31/12/2022

(Continuação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica Nº 98593/2022)

Atribuições: RES 218/73 - ART 08(AT.01 A 18)
RES 218/73 - ART 09(AT.01 A 18)

Inclusão como QT: 06/06/2022

Inclusão como RT: 06/06/2022

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA / OS ENG ELETRICA

GUSTAVO BORGES E SILVA

RNP: 2018646710

Registro: 2019107279 expedido em 17/06/2019

TÍTULO: ENGENHEIRO MECANICO

Atribuições: PARÁGRAFO 1 DO ARTIGO 5, DA RESOLUÇÃO 1073/2016 DO CONFEA, REFERENTES
AS ATRIBUIÇÕES CONSTANTES NO ARTIGO 12 DA RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA, NOS
TERMOS DO ARTIGO 6 DA RESOLUÇÃO 1073/2016, DO CONFEA.

TÍTULO: ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO
TRABALHO

Atribuições: ATRIBUIÇÕES DA LEI FEDERAL 7.410/85, DO DECRETO FEDERAL 92.530/86 E DO
ARTIGO 4º. DA RESOLUÇÃO 359/91 DO CONFEA.

Inclusão como QT: 13/05/2022

Inclusão como RT: 13/05/2022

Ramo Atividade: ENG SEG TRABALHO

LEANDRO DOS SANTOS MORAIS

Carteira Nº SP-5069623420/D

Expedida em: 09/09/2015 pelo Crea-SP

RNP: 2614693030

Registro: 2018111565 expedido em 04/09/2015

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições: PROVISÓRIAS DO ARTIGO 7º, DA RESOLUCAO 218, DE 29 DE JUNHO DE 1973, DO
CONFÉA

Inclusão como QT: 30/08/2019

Inclusão como RT: 30/08/2019

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL

QUADRO TÉCNICO:

MARCOS ARAUJO NASCIMENTO

Carteira Nº: GO-5917/D

Expedida em: 15/01/1987, pelo Crea-GO

RNP: 1003017991

Registro: 1986106929 expedido em 15/01/1987

TITULO: ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições: RES 218/73 - ART 07(AT.01 A 18)

Início QT: 20/09/2021

FINALIDADE DA CERTIDÃO: Arquivo

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica nº 98593/2022

Emitida às: 10/10/2022 17:55 (hora de Brasília)

Código de controle do comprovante: 0.2540797517829735

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro
Rua Buenos Aires, nº 40, Centro, RJ - CEP: 20.070-022
Tel: (21) 2179-2007 E-mail: crea-rj@crea-rj.org.br



CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 33.584.894/0001-63

Rua São Jorge, S/N – Centro – CEP: 27580-000 – Itatiaia (RJ) – Tel.: (21) 6435.3741 / E-mail: cmax.licitacao@gmail.com



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
98593/2022
VÁLIDA ATÉ: 31/12/2022

(Continuação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica Nº 98593/2022)

A capacidade técnico profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-RJ (www.crea-rj.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Esta certidão perderá a validade caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos desde que não representem a situação correta ou atualizada do registro.

Fica reservado ao Crea-RJ o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

Válida em todo território nacional.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro
Rua Buenos Aires, nº 40, Centro, RJ - CEP: 20.070-022
Tel: (21) 2179-2007 E-mail: crea-rj@crea-rj.org.br



CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 33.584.894/0001-63

Rua São Jorge, S/N – Centro – CEP: 27580-000 – Itatiaia (RJ) – Tel.: (21) 6435.3741 / E-mail: cmx.licitacao@gmail.com

Desta forma os argumentos apresentados pela empresa **ECONSTRUR CONSTRUÇÕES LTDA** são apelativos, com a clara intenção de reduzir o número de licitantes para se beneficiar, em desfavor da possibilidade da administração de obter a melhor proposta para os serviços a serem contratados.

A inabilitação da **CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO** com esses argumentos significa admitir pagar um preço maior por uma mera formalidade sendo claro que a mesma é habilitada para execução dos serviços de mesma característica do objeto ora licitado.

IV – DO FORMALISMO EXCESSIVO EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIOS

A licitação pública destina-se, conforme dispõe o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, a garantir que a proposta mais vantajosa seja selecionada pela Administração. Nesse sentido, é preciso evitar os formalismos excessivos e injustificados a fim de impedir a ocorrência de dano ao erário e valorizar a economicidade e vantajosidade da proposta.

O Tribunal de Contas da União – TCU posiciona-se veementemente contra o excesso de formalismo. As exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário.

Em acórdão, o TCU reiteradamente faz alertas a respeito da necessidade de ocorrer flexibilização nas regras de editais de licitação, já que é uma medida benéfica, sem a incidência de burla à lisura do certame.

Nesse sentido, por meio do Acórdão 357/2015-Plenário entendeu que:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.”

Com base na jurisprudência e em precedentes administrativos predominantes é descabida a inabilitação (documental) ou desclassificação (da proposta) de qualquer licitante por excesso de formalismo.

Apesar do princípio de vinculação ao edital, entende-se que falhas sanáveis não devem acarretar a desclassificação de propostas ou a inabilitação de licitantes. Porquanto, o pregoeiro, no interesse da Administração, deve relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta. Ademais, se for necessário, é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme o § 3º do Art. 43 da Lei Nº 8.666/93:

“§ 3º - É facultada à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

Desta forma, para além da interposição de recurso administrativo, tem-se que a comissão da Administração Pública a qual pertencer o certame, pode e deve, a qualquer tempo, em exercício de seu interesse público auditar, questionar e complementar a documentação apresentada pelas concorrentes, coisa que não o fez ao aceitar a **CMAX** como habilitada na Ata de Sessão Pública.

Por mais de uma vez o TCU entende que quando o objeto principal da licitação está cumprido, a não apresentação de documentação complementar, como uma mera declaração, representaria o formalismo excessivo nos critérios de avaliação de inabilitação das empresas. Sendo assim, uma vez que toda a documentação referente a modalidade do certame foi devidamente apresentada pela **CMAX**, não haveria motivo para que fosse desqualificada.

Neste sentido, a Administração Pública possui amparo legal na flexibilização de exigências que não violem diretamente as exigências contidas no Edital. Vejamos o que diz o TCU nos Acórdãos 2302/2012 e 8482/2013 a respeito do prejuízo de rigorosidade em certames licitatórios:

“Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências.”

“O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa.” (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara)

Em análise da jurisprudência consolidada do TCU, entende-se que configura formalismo excessivo a desclassificação de empresa participante de certame, desde que seja possível aferir a

CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 33.584.894/0001-63

informação prestada, sem prejudicar o andamento da sessão, situação ocorrida no julgamento das propostas das empresas na Tomada de Preços.

Salienta-se também que, quando há situações nesse sentido, o TCU costuma orientar os gestores a interpretar o edital sob a perspectiva da proporcionalidade e da razoabilidade, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes.

Ou seja, ainda que a **C MAX** tivesse deixado de apresentar qualquer documentação conforme exigências do Edital, poderia a Administração Pública, conceder-lhe flexibilização no certame ao observar se tratava de documento essencial ao cumprimento do objeto da licitação ou atendimento à modalidade concorrida, situação que não houve tendo em vista a efetiva aceitação da habilitação e documentação apresentada.

V - DOS PEDIDOS

Sob esta ótica, conclui-se que as teses apresentadas em sede de Recurso Administrativo da empresa MJRE não merecem prosperar vez que prejudicariam o certame ao ter a desqualificação da CMAX, ante a necessidade mínima da manutenção de licitantes possibilitando uma concorrência justa dentre as empresas que tiveram propostas apresentadas.

Diante ao exposto, tendo em vista que a contrarrazoante atendeu a todos os requisitos exigidos no **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3032/2022 - MODALIDADE: MENOR PREÇO GLOBAL**, ante aos fatos narrados e as razões de direito aduzidas na presente peça, **REQUER**:

- 1) Que seja conhecida a presente CONTRARRAZÃO e declarada a total improcedência do Recurso Administrativo, através do indeferimento do pleito da empresa recorrente **ECONSTRUTORA CONSTRUÇÕES LTDA**, por ausência de fundamentação legal ou jurídica que possa conduzir a reforma da decisão proferida pelo Presidente da Comissão de Licitação.
- 2) Seja mantida a condição de habilitada da **C MAX**, conforme já decidido em Ata de Sessão Pública.
- 3) Em caso de prosperar outro entendimento por parte deste Digno Presidente da Comissão de Licitação, requer seja a presente CONTRARRAZÃO encaminhada à apreciação da autoridade superior do órgão licitante, para que, em última análise, decida sobre seu mérito, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei Federal nº 8666/93.
- 4) Sejam providas, em todos os seus termos, a presente contrarrazão, e por isso mesmo atendidos os seus pedidos, como forma de imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a publicidade, a legalidade e a ampla defesa.

5) Por fim, seja devidamente motivada a decisão tomada, caso se entenda pelo provimento do Recurso, devendo o julgador apontar os fundamentos de direito e de fato, conforme determinado pelo Princípio da Motivação dos Atos e Decisões Administrativas.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2022.

CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO

CNPJ: 33.584.894/0001-63

Marcos Araújo Nascimento

5917/D -CREA/GO

CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 33.584.894/0001-63

Rua São Jorge, S/N – Centro – CEP: 27580-000 – Itatiaia (RJ) – Tel.: (21) 6435.3741 / E-mail: cmax.licitacao@gmail.com